

GÊNERO SOB PERSPECTIVA: JOANA MARIA PEDRO

GENDER UNDER PERSPECTIVE: JOANA MARIA PEDRO

GÉNERO BAJO PERSPECTIVA: JOANA MARIA PEDRO

Sarah Pinho da Silva¹

A professora Joana Maria Pedro é formada, em História, pela Universidade Vale do Itajaí-SC, tem mestrado, em História, pela Universidade Federal de Santa Catarina, e doutorado pela Universidade de São Paulo. É pesquisadora do Instituto de Estudos de Gênero -IEG e do Laboratório em Pesquisa de Gênero e História- LEGH, na Universidade Federal de Santa Catarina. A professora pesquisa, entre tantos temas: femininos e democracias, história social das mulheres, memória, história oral, história comparada e relações de gênero. A entrevista foi realizada, em agosto, e buscou abordar temas sobre feminismos, democracias, mudanças no campo historiográfico, avanço do conservadorismo e processos relevantes na produção da pesquisadora.

Os primeiros contatos: uma história social das mulheres.

Entrevistadora: Primeiro, boa tarde. Gostaria de agradecer, em nome da Revista Anômalas, a concessão da entrevista. A primeira pergunta para a senhora é como aconteceu a escolha sobre a pesquisa em história das mulheres?

Joana Pedro: Esse processo aconteceu por questões da vida da gente, questões da minha própria vida. Eu me separei, em 1977, separei fisicamente, fiz aquilo que a gente chama de separação de corpos do meu ex-marido e passei a viver problemas de violência muito sérios, de ameaças, de ataques, já vivia antes. Ficou pior depois de eu conseguir essa separação de corpos. Isso, em 1977. Em 1979, eu defendi o mestrado. Eu tinha começado a fazer, já em

.....

1. Doutoranda em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: sarah.silva@aluno.uece.br

1976, o mestrado de História Econômica, que era o que tínhamos aqui em Santa Catarina. Eu sou de Itajaí, eu dava aula, na Univali², em Itajaí. Então, em 1977, eu me separei fisicamente, comecei o processo, na época não tinha divórcio, era desquite. Eu concluí o meu mestrado, em 1979, continuei dando aula, na Univali, na época, chamava-se FEPEVI³, dava aula de história econômica, de história do pensamento econômico. E, quando chegou em 1982, fiz concurso para a Universidade Federal de Santa Catarina, como eu tirei o segundo lugar, eu fui chamada, em 1983, e vim para Florianópolis, eu trouxe o meu filho e trouxe, também, a minha mãe e o meu irmão junto. A minha mãe, também, estava passando por alguns problemas e eu trouxe os dois juntos, formamos uma família. Ficava a minha mãe, meu filho, meu irmão e eu. Então, mesmo antes de eu ter me mudado, para Florianópolis, quando eu me separei, eu passei a ter alguns problemas com o fato de ser separada, uma mulher separada, a ideia de uma mulher falada, o que era uma mulher honesta e o que era uma mulher falada. Quando eu cheguei aqui, na Federal (Universidade Federal de Santa Catarina), eu enfrentei de novo esse tipo de problema. Eu era uma mulher com trinta e poucos anos, trinta e três anos, no caso. E, assim, o que é comum para as mulheres, eu me lembro de assédio, no ônibus, na rua, na própria Universidade, e, também, fofoca, coisas que diziam que eu fazia e eu não fazia. Ou seja, eu me dei conta da fragilidade de ser uma mulher separada, mas uma coisa que eu fiz aqui, na Federal de Santa Catarina, foi me envolver em grupos de estudos. Eu fui dar aula na economia, eu dava aula de história do pensamento econômico, na economia, daqui da Federal de Santa Catarina e passei a fazer parte de grupos de estudos que estudavam Karl Marx, estudavam E. P. Thompson, estudavam Gramsci, a gente ficava estudando mesmo, fazendo leitura em equipe, em grupo. Passei a fazer parte disso. E, quando em 1988, começou toda uma campanha pelos 100 anos da abolição da escravidão e a professora Sandra Pesavento me perguntou o que eu achava - eu já conhecia ela - o que eu achava de fazer uma pesquisa sobre escravidão, em Santa Catarina.

Então, eu reuni o meu grupo de estudos e a gente fez uma proposta de pesquisa e conseguimos dinheiro, inclusive. E essa pesquisa que era sobre preconceito e escravidão me colocou em contato com textos de jornais que falavam de mulheres, então, foi uma pesquisa que puxou a outra. Enquanto

.....

2. Universidade do Vale do Itajaí.

3. Fundação de Ensino do Pólo Geoeducacional do Vale do Itajaí.

a gente procurava coisas do que se dizia dos ex-escravizados, logo após a abolição, como é que tinha sido esse processo, o que se dizia, o preconceito que estava nos jornais contra as pessoas negras, por junto com esse material, a gente encontrava muita coisa sobre mulheres, quadrinhas, pensamentos, expressões de misoginia direta, piadas, coisas horrorosas, nós encontramos e eu pensei que aquilo dava uma boa pesquisa. Sabe, eu me enxerguei naquelas coisas que diziam. Eu me lembro. Eu estava representando o meu Centro, o CFH⁴, na reunião de Comissão de Pesquisa e Extensão da Reitoria, e eu me lembro que a secretária da Pró-reitoria fez um comentário, comigo, sobre uma professora da Filosofia, dizendo que ela era uma mulher que não prestava. Aí eu perguntei para ela, por que ela não presta? Ela disse: ela vive namorando, ela era separada, ela vive namorando, ela não usou esse termo, inclusive, vive aí dando vergonha, essa mulher não presta, e eu conhecia o ex-marido dela, eu perguntei, ela não presta, por que? Ela não paga as contas, ela não é uma boa professora, essa minha pergunta, eu fiquei indignada por ela, eu me identifiquei. Daí eu pensei, isso dá uma pesquisa e, ainda, com aqueles dados que os estudantes estavam coletando, nos jornais, junto comigo. A gente tinha um grupo de pesquisa, nós tínhamos iniciação científica, tínhamos tudo, e eu fiz uma proposta de pesquisa, que se chamava: Mulher, dominação e resistência, que pretendia olhar todos os jornais de Santa Catarina, para ver como eles falavam das mulheres, no fim não ficou assim, claro. Era uma proposta de tese imensa. Eu conhecia a professora Zilda Iokoi, que era da USP⁵, e que tinha vindo aqui, em Florianópolis, para participar da Anpuh⁶ Santa Catarina, porque, em 1986, nós reativamos a Anpuh Santa Catarina e eu fui a primeira diretora regional da Anpuh Santa Catarina e ela veio para atividades, para palestras e coisas assim. Em uma dessas conversas com ela, eu disse que estava querendo fazer uma pesquisa e falei do assunto que eu queria trabalhar, que era sobre mulheres. E ela falou assim: Joana, tem uma professora que trabalha com isso, a Maria Odila e como você é professora, você vai ter mais facilidade.

Na época, eu entrei, na Universidade Federal de Santa Catarina, com mestrado e as federais, através da Capes, elas tinham um projeto de dar bolsas, para quem era professor na Universidade, e a Universidade tinha interesse que esse professor fizesse doutorado, ganhasse mais titulação. Foi um grande investimento que

.....

4. Centro de Filosofia e Ciências Humanas.
5. Universidade de São Paulo.
6. Associação Nacional de História.

fizeram na época. Ela disse: você pode conseguir uma bolsa assim e eu conhecia essas bolsas, já sabia da existência dela. E foi assim que ela me apresentou para a Maria Odila e fui à São Paulo. Maria Odila conversou comigo, na época. Quem decidia quem iria entrar ou não, orientar ou não era a orientadora. Eu vim de São Paulo já com uma carta de aceite, naquela época, eram cartas de aceite. Cheguei em Santa Catarina, e comecei organizar a documentação, para sair em março de 1988, para fazer doutorado em São Paulo, na USP.

Então, como é que eu atribuo essa mudança de História do Pensamento Econômico ou História Econômica para a História Social das Mulheres, porque era essa a ideia do que eu estaria fazendo: foi a minha vida, mas foi, também, a pesquisa. Então, essa coisa de ter dados, ter fontes e pensar sobre isso e ter vivido isso, me identificar com isso. Eu me lembro que eu li um trabalho do Florestan Fernandes, que ele falava sobre ser negro. Eu me identifiquei com aquela descrição que ele fez sobre o preconceito, embora eu não fosse negra, mas eu sabia do que ele estava falando em relação às mulheres, no caso, eu me senti assim. Eu me identifiquei com aquelas coisas que ele dizia. Não é à toa que o movimento de mulheres, o movimento negro, o movimento LGBT têm muitos pontos em comum, porque a forma do preconceito é muito semelhante. Então, foi assim que eu passei para a História Social das Mulheres. E foi com o estudo com a Maria Odila, que eu tive contato com o gênero. Foi em São Paulo que eu tive contato com as discussões sobre gênero. Ela, não só, trouxe textos para a gente ler sobre gênero, que estavam recém saindo, como também, a Elisabeth Souza Lobo andou fazendo uns seminários, em São Paulo, nós fomos assistir. Então, foi em São Paulo, fazendo doutorado e em contato com a Maria Odila, nós tínhamos um grupo de estudos. Eu sempre tive grupos de estudos. Quando eu digo nós, é porque não era só eu, mas um grupo de professoras. Alugamos um apartamento, na rua Dr. Homem de Melo, perto da PUC, para ficar em São Paulo, e a gente se reunia, se não me engano, uma vez por mês, para discutir textos. Maria Odila ia para essas reuniões, várias vezes, trazia textos, muitos deles em inglês. A gente traduzia, líamos e discutíamos. Eu comecei a discutir gênero, também, embora na tese de doutorado eu não tenha feito nenhuma discussão sobre gênero, era mais história social das mulheres.

Entrevistadora: Por que mulheres na ditadura militar e qual o impacto dessa pesquisa na sua produção?

Joana Pedro: Depois que eu terminei o doutorado, eu fui discutir, muito mais, o aborto, infanticídio, pílulas anticoncepcionais, políticas populacionais. Depois, entrei para a discussão do feminismo e como o feminismo, no Brasil, aconteceu nesse momento da ditadura, a gente pensou em fazer um projeto nessa direção. Eu estou falando a gente, por que? Tem um acontecimento, eu vinha fazendo uma pesquisa sobre feminismo. A minha questão era sobre a identificação com o feminismo, tanto que eu publiquei coisas sobre isso. Eu fiz entrevista com pessoas, perguntando quando elas se descobriram feministas. Então, eu estava desenvolvendo essa pesquisa, e saiu um edital da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres junto com o CNPq, um edital de recursos para pesquisa. Eu me lembro que a Cristina (Cristina Scheibe Wolff), a Roselane (Roselane Neckel), o Marcos Montysuma, nós nos reunimos, na minha casa, para pensar um projeto. Primeiro, a gente pensou a América Latina, porque América Latina toda passou por ditaduras. Mas, pensamos: isso a gente não vai dar conta. Aliás, a ideia foi da Cristina, ela falou: vamos pegar só o Cone Sul e aí nós fomos pegar as coisas do Cone Sul e, realmente, elas coincidem, as épocas de ditaduras e a época de saída das ditaduras. E, é claro, tivemos que incorporar a discussão de História Comparada e fizemos esse projeto para o CNPq e Secretaria das Mulheres, que era um edital conjunto e ganhamos o recurso e não era pouco, era um dinheiro legal. E, ainda, eu peguei esse meu projeto e mandei para a FAPESC⁷, que é a nossa Fundação e eles, também, nos deram dinheiro e aí nós saímos pelos países do Cone Sul e a gente nunca ia sozinha, sempre ia algum estudante de iniciação científica, de mestrado ou doutorado. Nós fomos para Chile, Paraguai, Bolívia, Argentina, Uruguai, catando material, periódicos feministas e entrevistas. Fontes e entrevistas e compramos muitos, muitos livros e trouxemos e foi aí que a gente foi montando aquele repositório, que hoje tem as entrevistas, os jornais, que a gente foi fotografando e foi trazendo. Então, a gente foi acumulando um acervo de material e com esse acervo de material, muita gente fez suas teses, suas dissertações e a gente foi indo assim. E fizemos os livros, que saíram dois, no caso, e artigos e capítulos e foi assim que a gente foi fazendo e fazendo aquelas viagens, foi uma coisa muito boa. Primeiro, porque esses países tinham saído da ditadura e as pessoas estavam com coragem de falar. Eu tenho a impressão de que, se fosse hoje

.....

7. Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina.

em dia, se a gente fosse perguntar, já seria diferente. Eu me lembro que, recentemente, nós estivemos no Paraguai e uma das pessoas disse que não ia dar entrevista, porque tinha medo. Então, as coisas se tornaram complicadas depois. Mas, naquela ocasião, que era bem o início ali do século XXI, 2006, 2007, estava todo mundo numa grande euforia. Aquilo que a gente chama de Maré Rosa. Os preços das *commodities* estavam altos. A maioria dos países estavam com políticos de esquerda. Eu me lembro da gente ter ido no Chile, no primeiro governo de Bachelet⁸, por exemplo. Então, não era uma coisa difícil de fazer. Era um ambiente bom para isso e de comprar muitos livros nos sebos, quantos livros nós compramos, muitos estão, no LEGH⁹, e fazem parte do acervo agora. Se eu me tornei uma referência? Eu acho que não. Eu acho que, talvez, a gente e quando eu digo a gente, eu estou me referindo, principalmente, à Cristina, porque a Roselane, depois, saiu e foi ser diretora de Centro, foi fazer política. O Marcos, também saiu, foi se dedicar a História Oral. A Cristina ficou, depois veio a Janine (Janine Gomes da Silva), trabalhando com memória e com acervo. Então, eu penso que a Cristina ganhou uma força muito grande, nesse percurso, também, e outras pesquisadoras, que depois cresceram e hoje são notoriedades. Muita gente trabalha com isso hoje. Eu fico feliz que muita gente esteja trabalhando sobre esse tema. Foi assim que nós caímos, no Cone Sul, e continuamos. Eu estou com um projeto, não mais sobre a ditadura, mas sim o período de democratização. Estou concluindo, devo entregar relatório, agora em março, e, se tudo der certo, pretendo continuar trabalhando, nesse período. Trabalhando as mulheres na política.

Sobre feminismos e democracia.

Entrevistadora: Dá para falar em democracia sem a representatividade e participação efetiva de diversos grupos na política institucional? (Legislativo, executivo e judiciário).

Joana Pedro: Então, há um grande debate, nesse campo, mas, se eu quisesse ser bem simplista, porque as coisas não são tão simples assim. Mas, para ser didática e ser simplista, eu diria que há dois grandes debates. Não importa

.....

8. Michelle Bachelet.

9. Laboratório de Estudos em Gênero e História.

quem esteja, mas sim, se você se considera de esquerda ou de direita. O debate é de ideias. Então, a representatividade não importa, porque você encontra mulheres de direita, homens de esquerda, homens de direita, mulheres de esquerda, e eu não sou essencialista, aliás, eu faço uma crítica muito grande ao essencialismo. Eu não acho que basta ser mulher, assim como eu não acho que basta ser homem, mas cada vez mais, olhando a maneira como os símbolos, os argumentos, os discursos são constituídos, eu fico pensando, cada vez mais, como o corpo está presente. A noção de que o feminino é sempre a fragilidade, a emoção e o masculino é sempre a força, a política. Então, essas coisas estão muito presentes, nessa nossa cultura, e elas são corporificadas. E para tornar as coisas um pouquinho mais complicadas, eu acho que dá para a gente dizer que: concordo que não basta representatividade, mas também, não basta achar que é, somente, um debate de ideias. É que o debate de ideias é corporificado, também, ele tem corpo. Então, cada vez mais, eu tenho caminhado nessa direção, mesmo reconhecendo que o paraíso não vai chegar, só porque nós teremos 50% de mulheres. Quando nós tivermos 50% de mulheres, aí a gente pode falar em debate de ideias. Algumas mulheres vão ficar na direita, outras vão ficar na esquerda, mas precisamos dessa representatividade e não é só de mulheres. Eu estou pensando na representatividade daquilo que o povo é. O povo brasileiro é negro, é indígena, tem uma porcentagem muito maior de mulheres do que de homens, é LGBT, é trans, tem deficiência, ele é Norte, Sul, Leste e Oeste, ele é muita coisa. Então, a representatividade é importante. Eu diria que a disputa de ideias precisa ter uma estrutura baseada em representatividade, então, continuo achando que precisamos de representatividade, embora saiba que não basta. E entender que o debate de ideias é importante sim, já houve uma época em que se escalonou uma coisa assim, primeiro nós vamos ter o socialismo, primeiro nós vamos ter a democracia para depois ter isso ou aquilo. Não, calma, vamos fazer o contrário, primeiro queremos representatividade e aí vamos inventar uma democracia melhor quem sabe.

Feminismos, Gênero e a Historiografia

Entrevistadora: Como observa as mudanças no campo historiográfico em relação aos estudos de gênero, mulheres, sexualidade, raça...?

Joana Pedro: Vamos falar de dois espaços: um que é o externo e outro que é o interno ao campo. Externamente ao campo, nós temos sido muito atacadas

e não é só a discussão de gênero. A própria História, enquanto disciplina, tem sido atacada. A disputa pela memória é uma disputa política importantíssima. A memória, a boa memória, a narrativa boa é um capital político muito importante e é disputado, aliás, as empresas têm isso, também, elas não querem aparecer como aquelas poluidoras do ambiente ou discriminadoras ou qualquer coisa assim, não é só as Nações que fazem isso. Então, externamente, a disciplina História, porque usa a memória como sua principal base, tem sido muito atacada e alvo de disputa, e a discussão de gênero, do feminismo, também, está sob ataque. Nós sabemos como a discussão de gênero tem sido caluniada e o feminismo, também, tem sido alvo de uma narrativa horrorosa, que desqualifica as mulheres e homens que se autoidentificam com o feminismo ou com as discussões de gênero e a questão LGBT, sexualidade no caso. Internamente ao campo da história, eu diria que os ataques ao gênero nos favoreceram.

Em 1992, quando eu voltei com uma tese de História das Mulheres, eu não fui muito bem recebida. Eu me lembro das pessoas dizerem que eu fazia parte da polícia feminina. Achavam que eu ia fiscalizar a vida sexual de alguém. Eu não sei o que é que se passava, eu só sei que a coisa não foi fácil. E mais de uma pessoa narra isso, a desqualificação da disciplina. Dizer que não era história o que a gente fazia, não foi uma coisa simples e mesmo depois. Uma das acusações era a de identitarismo, de que é uma política identitária, que isso não leva a nada, até de nazismo a gente já foi acusada. Eu me lembro de um colega nosso dizer isso: que identitarismo por identitarismo o nazismo também era. Então, não é à toa que se fala em feminazi. Mas, com esse ataque que nós temos sofrido ultimamente, mas um ataque externo, eu senti que há um certo encolhimento das críticas que antes eram feitas à gente. É como se a gente estivesse na frente da luta. Sabe aquelas pessoas que são colocadas na frente de uma manifestação, que recebem as primeiras pedradas e os primeiros jatos de gás de pimenta? Nesse momento, as discussões de gênero, feminismos e sexualidade estão nessa frente ali, e as outras pessoas estão atrás. O que acontecer conosco, vai acontecer com elas. Elas sabem que nós somos os principais alvos, nesse momento, eu diria que estão um pouco nos empoderando. Não vou dizer para você que é muita coisa, mas é um mínimo de reconhecimento. Não fazem mais um evento sem ter alguma mulher, sem ter uma discussão sobre feminismo, sobre gênero, sobre sexualidade. O reconhecimento de que esses temas são importantes, e por que são importantes? Porque, estão sendo atacados, se estão sendo atacados é porque são importantes. Então, eu diria que, dentro do campo da historiografia, nós

estamos tendo um pouco mais de espaço e estamos sendo mais ouvidas. Se você me perguntar assim, Joana e a hora que passar, esse governo não estiver mais aí, como vai ser? Os nossos colegas vão voltar as cargas? Não tenho dúvidas, quanto a isso, eles meio que recuaram, porque sabem que estamos na frente da briga, nós somos a comissão de frente. Na hora que não tiver mais essas ameaças, com certeza, vão haver um rearranjo e uma disputa no campo. Mas, como essa felicidade, todos, todas nós queremos, que felicidade? Essa de não ser mais atacadas, quando chegar esse momento, a gente pensa no que fazer. Acho que, nesse momento, estar fora desse ataque vai ser muito importante. Tem gente morrendo por isso, as pessoas não conseguem emprego, as pessoas não conseguem concursos, nunca mais nós tivemos editais, as ciências humanas, em geral, estão sendo atacadas. Então, na hora que isso passar, a gente vai ficar tão feliz, que a gente pensa depois como é que a gente vai conseguir sobreviver, lutando contra os nossos próprios amiguinhos.

Entrevistadora: Que estratégias podemos pensar, diante do conservadorismo atual, para continuar avançando nos estudos/pesquisas de gênero, sexualidade e outros diante desses ataques externos ao campo?

Joana Pedro: Esses ataques externos nos colocaram em evidência, e mais, às vezes, eu fico pensando que esse povo está dando cada tiro no pé. Sabe por quê? Você já viu como os jovens adoram ir contra? Quanto mais proibido melhor. Eu fico pensando: nunca tivemos tantos estudantes querendo discutir isso, estudar isso. Então, eu acho que eles conseguiram foi despertar muita curiosidade. Claro que isso tem consequências. Eu estava dando uma disciplina, nós terminamos agora, eles (estudantes) estão fazendo o trabalho final, uma disciplina, no doutorado interdisciplinar, que discutia os feminismos, e eu fiquei impressionada com uma convidada que nós tivemos, que ela trabalha com os feminismos rurais, com as mulheres rurais, agricultoras. Tem um grupo, um movimento muito forte que se autodenomina feminista, mulheres feministas elas se dizem, mas, ao mesmo tempo, elas não querem ser chamadas de feministas e, também, não querem falar de gênero. Ela nos contou, no dia da palestra, que eles fizeram uma reunião com as mulheres e, geralmente, é na igreja, na paróquia, que fizeram essa reunião com as mulheres da agricultura. As igrejas é que têm espaço, na área rural, e conversaram sobre as questões, sobre a terra, sobre as dificuldades. Quando foram falar de gênero, ficou uma meia dúzia de pessoas na sala, o restante saiu, porque gênero é considerado uma

coisa do demônio. Então, depende do lugar também, para se avaliar que efeitos tem. Mas, eu tenho a esperança de que como tem muita *fake news*, como tem muita mentira, uma avaliação equivocadíssima de tudo aquilo que a gente diz ou pelo menos de uma grande parte do que a gente diz, as próprias pessoas, algumas delas, vão se dar conta disso, mas para muitas continua valendo. O que é que a gente pode fazer? Aquilo que continuamos fazendo, nós continuamos dando aula, como acadêmicas, com a pandemia e com a melhoria dos suportes *online*, nós temos atingido um público bastante significativo.

Não quer dizer que eles não tenham, também, tanto que têm vários canais do *Youtube* falando de ideologia de gênero e contra o feminismo, contra tudo isso, mas nós também, a gente custou um pouco a aprender, mas a gente aprendeu também. Eu estou lembrando aqui do trabalho da Larissa Freitas, que fez uma discussão sobre as blogueiras negras, mulheres negras que se autodenominam feministas e que têm um público imenso nos *blogs*, no *Instagram*, enfim, eu quero dizer com isso que a gente aprendeu e tem aprendido. Tem muita gente trabalhando esse tema e que está crescendo, ou seja, se antes a disputa era desigual, eu acho que agora está ficando mais próxima e é isso que nós precisamos fazer, continuar fazendo pesquisa, continuar publicando e, principalmente, traduzindo as coisas que nós sabemos para uma linguagem acessível e dentro das normas das redes sociais. Por exemplo: só pode ser aquele tanto de caracteres, é só aquele tanto de caracteres, é o *Tik Tok* que cabe só alguns minutos, tudo bem. Nós temos que nos adequar a esse tipo de possibilidade, por que vamos ficar paradas no tempo? Ah, não, eu só publico em revistas A1, tudo bem, mas faz também um vídeo falando aquilo que você colocou na revista para uma linguagem que as pessoas entendam, as pessoas não são obrigadas a ter o nosso linguajar acadêmico, isso aqui é para conversar com nossos pares, para dizer de que lugar nós falamos, que base teórica é que nós estamos utilizando, para chegar àquela conclusão, mas vai ficar todo um público, que vai ficar vendo o Brasil Paralelo, que vai ficar vendo esses pastores dizendo essas coisas, essa gente antifeminista dizendo essas coisas. Nós vamos ficar caladas? Não vamos usar as mesmas metodologias? Claro que sim. Eu estava pensando aqui, fazendo uma analogia com o surgimento do livro, é a mesma coisa que depois de criada a imprensa, alguém achar que não vai ler livros que não sejam *in volumen*, aqueles rolos em pergaminhos, vamos ter que ler sim papel impresso, e agora vamos ter sim, que nos comunicar melhor, isso, eu acho que é o nosso caminho.

Entrevistadora: Isso representa um dos desafios para o feminismo acadêmico?

Joana Pedro: Sim, concordo. Eu acho que o feminismo acadêmico não pode ficar falando só para si. Primeiro, tem que ter contato com o movimento social e tem que falar a língua que as pessoas entendem. Aliás, o Fazendo Gênero já tem feito isso, cada vez mais, uma proximidade com os movimentos sociais, trazer os movimentos sociais para conversar, aprender com elas e transmitir, também, fazer uma troca, uma via de mão dupla e não uma via de uma mão só.

Entrevistadora: Quais os impactos das teorias decoloniais, pós-coloniais para os feminismos, na sua perspectiva?

Joana Pedro: Então, para começar, o feminismo decolonial precisa ser traduzido. É muito confortável fazer discussões teóricas, dentro da academia, com pessoas que entendem o que você está dizendo, agora, traduz isso que eu quero ver, a gente precisa fazer isso. Esse é um movimento, aliás, isso é uma coisa que se diz há tanto tempo. Eu me lembro de uma época que se discutia: por que não se escrevia, sobre a história, também, em quadrinhos? Porque a história não era narrada também, de forma acessível? Aquelas pesquisas que saem, em mestrado, doutorado, precisavam ser transformadas, em textos acessíveis, para que as pessoas, também, incorporem esse conhecimento. Eu sei que não é uma coisa tão rápida, então, você vai me dizer, que além de ler todos esses autores, discutir a Lugones (María Lugones), o Mignolo (Walter D. Mignolo), os pós coloniais, os decoloniais, eu, ainda, vou ter que aprender a fazer *Tik Tok* e postar no *Instagram*, no *Twitter*? Sim, vai sim, assim como tiveram que aprender a transformar clássicos da literatura em biblioteca azul. Isso é o que o Chartier nos conta. Essa é uma disputa discursiva e, se nós não estivermos preparadas para enfrentar essa disputa, nós vamos perder e quem vai ganhar são eles: os da terra plana, os da dita ideologia de gênero. É essa gente que vai ganhar, que vai ganhar o discurso, que vai conseguir convencer mais. Nós precisamos, sim, fazer isso e aprender a usar, é um conhecimento a mais? É uma coisa difícil? É, mas temos que aprender, sim, a como fazer isso e fazer. [...] Comunicação científica é o nome disso, como fazer comunicação científica?!

*Recebido em 15 de setembro de 2021.
Aprovado em 30 de setembro de 2021.*

